

**Contribuições e limitações da Teoria Neo-Institucional para a compreensão do
ambientalismo empresarial**

**Contributions and limitations of Neo-Institutional Theory for understanding
corporate environmentalism**

**Contribuciones y limitaciones de la teoría neoinstitucional para comprender el
ambientalismo empresarial**

Recebido: 24/08/2021 | Revisado: 03/09/2021 | Aceito: 14/09/2021 | Publicado: 16/05/2021

Paulo Frederico Paganini Oliveira Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2276-1612>

Saint Paul Escola de Negócios, Brasil

E-mail: paulo.paganini@saintpaul.com.br

Marcelo Bernardino Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3211-6510>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Brasil

E-mail: mbaraujo@ifsp.edu.br

Marcello de Souza Marin

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9763-3714>

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

E-mail: marcello@marinconsult.net

Resumo

Este ensaio foi elaborado com o intuito de apresentar as contribuições e lacunas que a Teoria Neo-Institucional acerca da necessidade de produção sustentável e do ambientalismo empresarial proposto por Hoffman (2001). Para isso, foram resgatados elementos da Teoria Neo-Institucional e dispostas às abordagens acerca da temática de sustentabilidade com foco no ambientalismo empresarial. Por fim, foi realizado um imbricamento da Teoria Neo-Institucional com a perspectiva da sustentabilidade, no sentido estrito do ambientalismo empresarial, destacando subsídios e negligências da teoria bem como a disparidade da agenda teórica com a agenda empírica e suas

implicações para compreensão desta vertente do ambientalismo. O que justifica a discussão deste trabalho é o fato de esta vertente teórica estar sendo utilizada para compreensão do ambientalismo empresarial, porém apresentando diversos impasses entre a proposição teórica na essência da TNI com a proposição teórica da mesma quando se analisa especificamente o ambientalismo empresarial. Conclui-se que a lacuna deixada pela Teoria Neo-Institucional está no fato de não contemplar a dimensão do poder em sua estrutura analítica e, conseqüentemente não observando a essência política de produção sustentável.

Palavras-chave: Ambientalismo empresarial; Teoria Neo-Institucional; Agenda teórica; Sustentabilidade.

Abstract

This essay was designed to present the contributions and gaps that the Neo-Institutional Theory about the need for sustainable production and corporate environmentalism proposed by Hoffman (2001). For this, elements of the Neo-Institutional Theory were retrieved and approaches on the theme of sustainability with a focus on business environmentalism were arranged. Finally, an overlapping of Neo-Institutional Theory with the perspective of sustainability, in the strict sense of corporate environmentalism was carried out, highlighting subsidies and negligence of the theory as well as the disparity of the theoretical agenda with the empirical agenda and its implications for understanding this strand of environmentalism. It is concluded that the gap left by the Neo-Institutional Theory lies in the fact that it does not contemplate the dimension of power in its analytical structure and, consequently, does not observe the political essence of sustainable production.

Keywords: Corporate environmentalism; Neo-Institutional Theory; Theoretical agenda; Sustainability.

Resumen

Este ensayo fue diseñado para presentar los aportes y brechas que presenta la Teoría Neoinstitucional sobre la necesidad de una producción sustentable y el ambientalismo corporativo propuesto por Hoffman (2001). Para ello, se recuperaron elementos de la Teoría Neoinstitucional y se organizaron enfoques sobre el tema de la sostenibilidad con

enfoque en el ambientalismo empresarial. Finalmente, se realizó un traslape de la Teoría Neoinstitucional con la perspectiva de la sustentabilidad, en el sentido estricto del ambientalismo corporativo, destacando los subsidios y negligencias de la teoría así como la disparidad de la agenda teórica con la agenda empírica y sus implicaciones para la comprensión. este aspecto del ambientalismo. Lo que justifica la discusión de este trabajo es el hecho de que este enfoque teórico está siendo utilizado para entender el ambientalismo corporativo, pero presenta varios impasses entre la proposición teórica en la esencia del TNI con su proposición teórica al analizar específicamente el ambientalismo corporativo. Se concluye que la brecha que deja la Teoría Neoinstitucional radica en que no contempla la dimensión del poder en su estructura analítica y, en consecuencia, no observa la esencia política de la producción sustentable.

Palabras clave: Ambientalismo empresarial; Teoría neoinstitucional; Agenda teórica; Sustentabilidad.

Introdução

O mundo organizacional está contido por diversas inserções de temas ambientais que vão desde a estrutura organizacional até a estratégia que as empresas adotam. Esta identificação acaba por produzir campos organizacionais dentro dos quais existem significados socialmente construídos e compartilhados, disseminando a cultura de sustentabilidade no meio organizacional (HOFFMAN, 2001).

Esta disseminação se tornou foco de estudos nas mais diversas academias de pesquisa do mundo, sendo abordada pelas várias vertentes do pensamento social, de acordo com Hopwood, Mellor e O'Brien (2005). Não diferente, nos estudos organizacionais, também há este debate, abarcando para si diversas formas de compreender esse fenômeno. Porém, os estudos que vinculam a temática de sustentabilidade com organizações ainda são escassos ou pouco contundentes, sendo reduzido ainda mais no que toca ao debate de como as teorias organizacionais podem contribuir ou restringir os estudos no campo da sustentabilidade (EGRI e PINFIELD, 2012).

Reconhecendo esta lacuna nos estudos organizacionais, tentamos discutir

possíveis contribuições e limitações especificamente da Teoria Neo-Institucional (TNI) para a compreensão das práticas ambientais presentes nas organizações contemporâneas.

Para conduzir o debate em torno do problema será primeiramente realizada uma breve apresentação da Teoria Institucional, mostrando seus principais elementos e proposições investigativas. Em seguida, são apresentados os níveis de análise comportados pela Teoria Neo-Institucional (TNI), no qual é feito um breve debate sobre o alcance dessa teoria no que tange a fenômenos sociais e organizacionais. Ainda neste tópico são apresentadas algumas lacunas deixadas pela teoria bem como pontos em que a teoria consegue contribuir efetivamente. Essa discussão possibilita ingressar em um campo mais amplo, que é a sustentabilidade.

O artigo prossegue fazendo uma tentativa de aproximação da TNI com a temática da sustentabilidade a fim de apresentar as contribuições e deficiências desta teoria para compreender como se dá a mudança nos arranjos estruturais das organizações para se adequar ao discurso da sustentabilidade.

Por fim, são elencadas algumas contribuições e lacunas deixadas pela TNI em sua tentativa de compreender esse fenômeno. Neste imbricamento estão dispostas algumas contribuições da TNI para o campo de estudo em sua oferta de recursos analíticos mais amplos que as teorias organizacionais tradicionais por se aproximar de aspectos simbólicos e culturais engendrados no campo institucional. Outra contribuição apresentada é o fato de a TNI não buscar apenas os aspectos de eficiência para compreender porque as organizações têm adotado o “verde” em suas práticas e discurso, se respaldando também de aspectos que evidenciam o processo de legitimação ou a busca das empresas por legitimidade. Com relação às lacunas, o ensaio destaca a ausência ou subdimensionamento do poder no aparato analítica da TNI, que acaba por tornar esta teoria minimamente negligente. Não menos importante, o ensaio traz para o debate o problema de agenda existente na TNI, que mostra a discrepância da proposta teórica de aproximação da TNI com a fenomenologia e a pesquisa empírica que se aproxima do determinismo funcionalista clássico, o que torna esta teoria comum às tradicionais nos estudos organizacionais.

Perspectivas e abrangência da Teoria Neo-Institucional

O crescente interesse pelas instituições se deu devido ao distanciamento que os estudos organizacionais tiveram em relação a correntes tradicionais que colocavam no cerne do estudo as organizações individuais e a ecologia organizacional, ambas vistas através da dimensão objetiva (BARLEY e TOLBERT, 1997), além do reposicionamento da teoria institucional como uma teoria preocupada com questões comuns à firma e a políticas sociais (SELZNICK, 1996). Meyer e Rowan (1977) afirmaram que as organizações são condicionadas por um ambiente institucional que reflete mitos incorporados pelas organizações que, por sua vez, conduzem ao ganho de legitimidade e perspectiva de sobrevivência melhorada, existindo, portanto, a interdependência das ações individuais com as instituições. Neste sentido, a teoria institucional busca compreender a homogeneidade da composição organizacional, cabendo a esta vertente explicar este fenômeno ao invés da variação (DIMAGGIO e POWELL, 2005). Segundo estes autores, esta homogeneidade é atribuída à busca das organizações por legitimidade e similaridade, denominando este fenômeno de isomorfismo. Este fato torna ‘legitimidade’ um termo central na Teoria Institucional.

Meyer e Rowan (1977) explicam que a incorporação de mitos e a legitimação de elementos externos se dão através do isomorfismo, sendo ‘legitimação’ – ou busca por legitimidade – e ‘isomorfismo’ os principais mecanismos de institucionalização. DiMaggio e Powell (2005), identificaram três pilares institucionais (coercitivo, mimético e normativo). Estes três mecanismos contemplam, a partir da perspectiva construtivista de Berger e Luckmann (2013), a influência política existente entre organizações, a resposta-padrão que as organizações atribuem em um cenário de incerteza, e a formulação de normas e padrões organizacionais.

O velho institucionalismo e o novo institucionalismo divergem em alguns pontos, sendo isso atribuído a uma evolução desta corrente, que passou de uma vertente clássica para uma vertente moderna. A TNI se afastou do determinismo e objetividade do velho Institucionalismo, pelo menos em teoria como diz o estudo de Peci (2006), se aproximando de uma abordagem interpretativa que compreende o sujeito como ser voluntarista com certa dose de poder de agência para conduzir a uma mudança

ambiental (ZUCKER, 1977). Ainda, DiMaggio e Powell (2005) afirmam que a nova teoria institucional busca explicar os fenômenos organizacionais a partir de uma perspectiva cognitiva e cultural. De forma precisa Selznick (1996) *apud* DiMaggio e Powell apresentam pontualmente as inovações da TNI em termos de perspectiva teórica:

The new institutionalism in organization theory and sociology comprises a rejection of rational-actor models, an interest in institutions as independent variables, a turn toward cognitive and cultural explanations, and an interest in properties of supraindividual units of analysis that cannot be reduced to aggregations or direct consequences of individuals' attributes or motives (DIMAGGIO e POWELL, 1991, p. 8).

Ainda, Selznick afirma que, apesar de nenhum conceito inovador de instituição aparecer na TNI, muitas novas direções são tomadas por esta perspectiva.

O novo institucionalismo ganha corpo com a contribuição de Zucker (1987) que identifica duas abordagens: contexto como instituição; e organização como instituição – a primeira possui basicamente a reprodução do fato social como cerne do processo de institucionalização, enquanto a segunda considera a “capacidade de gerar” – transmitindo a ideia de agência – da organização como parte do processo de institucionalização. Porém, ambas as abordagens se assemelham no que tange ao exame de componentes simbólicos do ambiente organizacional (MISOCZKY, 2003).

Abrangência da Teoria Neo-Institucional

Nesta seção são apresentados os níveis de análise comportados na TNI, no qual é feito um breve debate sobre o alcance dessa teoria no que tange a fenômenos sociais e organizacionais. Em seguida, são apresentadas algumas lacunas deixadas pela teoria bem como pontos em que consegue contribuir efetivamente para o entendimento de questões organizacionais.

Os estudos sociais têm sido contemplados através das mais diversas formas de análise, porém sempre contendo uma estrutura de níveis de análise na qual são consideradas as análises macro, meso e micro. Não diferente, os fenômenos organizacionais também são compreendidos através dos planos de abstração tripartidos, sendo observados a partir da tradição macrossocietária, do nível organizacional de

análise e do nível suborganizacional de análise (REZENDE, 1980). Na tradição macrossocietária, a teoria administrativa é uma faceta da teoria social em que o fenômeno administrativo é analisado dentro de um contexto social a partir da investigação deste contexto sob a perspectiva histórica. O nível organizacional de análise possui, em sua maioria, um caráter gerencial se preocupando com o desempenho organizacional tendo um tom instrumental. Por fim, o nível suborganizacional de análise se caracteriza pela falta de visão ampla do fenômeno organizacional, se preocupando com segmentos específicos da organização. Visto isso, Rezende (1980) apontou a necessidade de articular a construção do conhecimento nos estudos em Administração perpassando nesses três níveis de análise como corpo único.

A TNI tem como propósito compreender a relação interorganizacional que constitui o campo institucional, com enfoque na legitimidade e no isomorfismo e observando especificamente, o que Selznick (1996) denominou “cognição estrutura”. Neste campo estão presentes vários elementos que justificam a semelhança e a diferença das organizações, havendo mitos e regras socialmente aceitos a partir de um processo político (MEYER e ROWAN, 1977). Isto mostra que essa teoria contempla os níveis organizacional e suborganizacional sugeridos por Rezende (1980) por observarem sujeitos que interagem dentro da organização e as organizações como um todo. Porém, a TNI também observa redes interorganizacionais como fonte de institucionalização (ZUCKER, 1987), sendo que este elemento está além da compreensão organizacional e aquém da compreensão macrossocietária (REZENDE, 1980).

Essa constatação abre espaço para a afirmação de que a TNI tem um alcance meso-analítico, ou uma teoria de médio alcance no sentido estrito: (SHIOTA, 2010, p. 2-3):

Longe de deduzir abstratamente uma teoria unificada e de ampla abrangência no estudo da sociedade, Merton defende a concepção de teorias de médio alcance para superar o obstáculo do desenvolvimento bifurcado, que compromete a autonomia científica da sociologia. Engendradas no âmbito das ciências físicas e naturais, as teorias de médio alcance poderiam ser utilizadas também por sociólogos, exercendo múltiplas funções positivas. Na medida em que seriam menos pretensiosas, ao lidar com aspectos bem delimitados dos fenômenos sociais, não adviriam de uma única e abrangente teoria, apesar de seu amplo desenvolvimento conduzir a uma teoria geral. Elas também poderiam compreender ou coadunar teorias que fossem destoantes, superando o “[...] conflito teórico entre nomotético

[relativo a elaboração de leis] e idiotético [relativo ao que vem do sujeito] entre o geral e o componente particular, entre teoria sociológica generalizadora e o historicismo” (MERTON, 1968, p. 56)

Nesse sentido, a TNI é uma teoria de médio alcance que busca articular diferentes níveis de análise para a compreensão do fenômeno institucional (Peci, 2006) e ao mesmo tempo se aproxima de outras teorias para compreender de maneira mais densa esse fenômeno.

O que, usualmente, coloca-se sob título de Teoria Institucional constitui o resultado da convergência de influências de corpos teóricos originários principalmente da ciência política, da sociologia e da economia, que buscam incorporar em suas proposições a ideia de instituições e de padrões de comportamento, de normas e de valores, de crenças e de pressupostos, nos quais encontram-se imersos indivíduos, grupos e organizações (SILVA e GONÇALVES, 2012, p. 218).

A primeira falácia paradigmática apontada por Peci (2006) e, por Silva e Gonçalves (2012) é a assunção da TNI como alicerçada oficialmente no construtivismo social, porém com agenda empírica alicerçada em sua maioria no determinismo. Peci (2006, p. 11) apresenta a segunda falácia, dizendo que poder é uma dimensão ignorada pela TNI, “ou tratada a partir de uma perspectiva tradicional - na abordagem teórica e empírica da escola institucional. É enfatizado o aspecto regulativo do poder, não diferenciando-se a escola institucional de outras abordagens funcionalistas”.

Ao subdimensionar o poder, a TNI acaba por se tornar conivente com o status quo, negligenciando esta dimensão e tornando-a uma variável contida na dimensão funcionalista, no sentido estrito, apresentado por March e Olsen (2008). A perspectiva funcionalista de política e poder observa a história como um mecanismo para alcançar o equilíbrio, sem considerar a inadaptação e não-singularidade, trabalhando um movimento contextualmente dependente e historicamente independente rumo a uma solução singular, conforme as condições do momento que se encontram.

Porém, por não se fixar em um determinismo pelo menos em agenda teórica, a TNI oferece aporte para investigação dos fenômenos suborganizacionais, organizacionais e interorganizacionais. Nesse sentido, possibilita a investigação do fenômeno abrangendo três pilares: regras, leis e sanções (regulativo); certificação e aceitação (normativo); predomínio e isomorfismo (cognitivo). Essa abrangência abre

espaço para a análise do fenômeno organizacional através da observação de três grupos de elementos: legalmente sancionados, moralmente governados e culturalmente sustentados (SCOTT, 1995 *apud* SILVA e GONÇALVES, 2012).

O ambientalismo empresarial

O debate sobre sustentabilidade tem tomado as rodas de discussões em suas mais diversas esferas da sociedade, abrangendo um leque de perspectivas ontológicas e epistemológicas. Talvez isso se deva ao porque Egri e Pinfield (2012, p. 361) tenham denominado de “inquietação com a qualidade do ambiente natural”. Essa inquietação caminha desde a Grécia Antiga, em que já havia a temática de economia e crematística, na qual a última era tratada como acumulação de riquezas enquanto ação prejudicial para o bem estar coletivo (AKTOUF, 2004). Atualmente, o debate aparentemente está mais agudo, tomando “[...] muitas formas, desde o estabelecimento de foros globais sobre as questões ambientais a avaliações formais dos arquivos ambientais de grandes empresas americanas” (RICE, 1993 *apud* EGRI e PINFIELD, 2012, p. 361).

Dentro desse debate, existem várias correntes de pensamento que abordam o assunto a partir de diferentes visões. Isso pode ser observado, por exemplo, a partir da estrutura de mapeamento das visões de desenvolvimento sustentável elaborada por Hopwood, Mellor e O’Brien (2005). O autor mostra em seu artigo algumas abordagens de desenvolvimento sustentável com suas propostas analíticas, possibilitando um panorama do campo de estudo. O autor contribui apresentando um quadro sintético de diversas abordagens distribuídas entre os eixos ‘A’, de preocupações com bem-estar e questões socioeconômicas, e ‘B’, aumento das preocupações ambientais, concentrando as abordagens nos grupos status quo, reforma e transformação. As abordagens concentradas no status quo veem as mudanças partindo das práticas de gestão e de forma incremental. Por outro lado, os partidários da visão da transformação sugerem a mudança advinda das relações políticas em nível macro e micro. Dentro do mapeamento de Hopwood, Mellor e O’Brien estão alocados desde os economistas neoliberais, que buscam a inequidade e não possuem praticamente nenhuma preocupação ambiental – cabendo suas devidas argumentações para tal posicionamento – até os ecossocialistas,

que buscam transformação na raiz da sociedade em busca da máxima equidade com uma postura “ecocentrada”.

Segundo Hoffman (2001), a agenda empresarial sobre sustentabilidade foi alterada nas últimas décadas. O tema ambiental, que até em torno de 1970 era tido pelas organizações como prejudicial ao desempenho organizacional, sofreu um processo de mudança institucional no qual as empresas englobaram a temática ambiental em sua dinâmica, dando origem ao “ambientalismo empresarial”. Em uma tentativa breve de posicionamento da vertente do ambientalismo empresarial no mapeamento de Hopwood, Mellor e O’Brien (2005), pode-se dizer que esta vertente busca reforma, estando localizada no centro dos continua ‘inequidade – equidade’ e ‘sem preocupação ambiental – ecocentrada’.

Para Hoffman (2001), esta mudança institucional que levou as empresas a esse posicionamento frente ao desenvolvimento sustentável se deu devido a grandes drivers – como Estado, ativistas ambientais e organizações não governamentais – que induziram empresas às práticas ambientais, geralmente caracterizando esse processo como sendo de cunho coercitivo. Com essas pressões emanadas do Estado e de grupos ambientalistas, os dirigentes desenvolveram práticas ambientais como componente do encargo social das empresas como resposta a tais pressões. Segundo Souza (2004), esse cenário foi denominado de “adaptação resistente”. Posterior a esse desenvolvimento induzido:

[...] começou a surgir uma espécie de "ambientalismo de livre mercado", que trocou a ênfase das regulações dos insumos e das atividades para os resultados. Os novos instrumentos de política ambiental mudaram as possibilidades de utilização das ações ambientais como instrumentos de marketing e estratégia competitiva pelas empresas (MENON e MENON, 1997 *apud* SOUZA, 2004, p. 16).

Neste contexto Hoffman (2001) evidencia uma ressignificação das práticas ambientais, que passaram a ser vistas como estratégicas para o negócio. Essa ressignificação das práticas ambientais pode ser entendida por várias teorias, como a Ecologia Organizacional, Dependência de Recursos, Nova Economia Organizacional e o Institucionalismo, não cabendo aqui desenvolver a visão de cada uma. Entretanto, a seguir apresenta-se especificamente os componentes da TNI que beneficiam e limitam a

compreensão do posicionamento semelhante que as empresas passaram a ter após essa ressignificação.

Outras teorias organizacionais, consideradas como tradicionais, estudam a sustentabilidade através da corrente denominada modernização ecológica. Mol (2000), autor que trouxe a teoria da modernização ecológica, coloca que o intuito da modernização ecológica é observar o fenômeno da sustentabilidade a partir de uma abordagem estrutural. Jänicke (2007) fala que a modernização ecológica surgiu a partir de uma tentativa de integração da ecologia com a economia, junção esta que (YORK e ROSA, 2003 *apud* MUNCK e BORIM, 2010) apontam como surgida a partir de uma perspectiva neoliberal. Por isso a modernização ecológica é orientada pela lógica capitalista com seu aparato tecnológico e subdimensionamento do aspecto político (JÄNICKE, 2007).

O fato de as teorias organizacionais tradicionais considerarem a modernização ecológica como ponto de partida para suas análises acaba por limitar o desenvolvimento do campo dos estudos organizacionais, tornando este campo conivente com a ordem vigente. Por outro lado, o fato de a TNI possibilitar a abertura para diálogo com outras vertentes do pensamento sustentável acaba por possibilitar compreensão mais profunda do fenômeno, apesar de suas outras limitações.

A busca por legitimidade verde

Nos países desenvolvidos, o ambientalismo empresarial teve início através da indução e pressões advindas do Estado e de grupos ambientalistas, de acordo com Hoffman (2001). Porém, findado esse primeiro embate, muitas empresas aderiram ao movimento ambientalista utilizando-o como estratégia competitiva para benefício da própria organização frente à necessidade contingencial da sociedade por melhorias ambientais (LASZLO; ZHEXEMBAYEVA, 2011). Isso se deu, e ainda é presenciado, pelo fato de empresas não competirem apenas por clientes e recursos, mas também por legitimidade social e econômica.

Com a ressignificação cultural, como dito por Hoffman (2001), muitas empresas aderiram ao movimento ambiental sem a advertência estatal ou popular. Analisando desde o primeiro embate organização vs. meio ambiente, identificou-se quatro marcos

no período compreendido: ambientalismo industrial, regulatório, como responsabilidade social e estratégico. Através da observação destas fases, Hoffman percebeu que houve uma evolução do campo institucional, que compreende atores como Estado, terceiro setor, investidores e acionistas, associações comerciais e outros interessados, e também estruturas e estratégias das empresas do campo.

O estudo de Hoffman (2001), alicerçado na Teoria Neo-Institucional, contribuiu para auxiliar na compreensão de como se deu o processo de ressignificação cultural das empresas e do campo institucional a fim de explicar porque houve a continuidade de adoção de práticas sustentáveis sem mais a pressão inicial do Estado e de grupos ambientais como inicialmente. Isto é o ponto crucial de observação desta teoria, que olha sempre a estrutura organizacional e o campo institucional na tentativa de entender algum fenômeno habitual neste contexto.

Não diferente, a TNI possui algumas formas de tentar compreender a sustentabilidade, ou mais especificamente, o ambientalismo empresarial. A estrutura organizacional de muitas empresas é o reflexo de mitos existentes no campo institucional que surgiram a partir de fontes de inovação, entrando então na corrente dos processos inerentes à institucionalização (TOLBERT e ZUCKER, 2012). Neste contexto, a busca das organizações por legitimidade se dá com o intuito de prover reputação institucional bem como abrir espaço para se ‘fazer negócio’ (RAO, 1994). Assim, por estar mais próxima da fenomenologia, a TNI possibilita a identificação de propriedades simbólicas que proporcionam a capacidade de ação na via de assumir tal reputação institucional, entendendo que o ambientalismo empresarial existe devido a pressões do campo institucional em que as empresas estão inseridas. Partindo do pressuposto de que as estruturas são compostas de significados socialmente compartilhados, a TNI possibilita a compreensão do discurso e da prática sustentável existentes no contexto social mais amplo, em que se usa a micro e a mesoanálise partindo de um fenômeno específico sem pecar pelo reducionismo.

A segunda contribuição da TNI destoa das teorias organizacionais tradicionais. As teorias organizacionais tradicionais veem o fenômeno do ambientalismo empresarial através do prisma de eficiência, muitas vezes buscando localizar pontos de maior eficiência que ‘empresas sustentáveis’ tiveram e que induziram outras empresas a também adotar tais práticas. Essa corrente tradicional trata esses pontos de maior

eficiência como a justificativa em si pela existência prolongada do ambientalismo empresarial. Por outro lado, a TNI não observa apenas o aspecto da eficiência empresarial, mas abre margem para a preocupação com a legitimidade que a empresa pode vir a buscar. Neste sentido, do ponto de vista da TNI, a expansão do ambientalismo empresarial não se dá apenas pelo alcance de melhor eficiência técnica, mas também pela busca de legitimação que, por sua vez, envolve o processo de sedimentação:

A institucionalização total envolve sedimentação, um processo que fundamentalmente se apoia na continuidade histórica da estrutura e, especialmente, em sua sobrevivência pelas várias gerações de membros da organização. [...] Deste modo, ela implica uma bidimensionalidade (“largura” e “profundidade”) das estruturas (EISENHARDT, 1988 apud TOLBERT e ZUCKER, 2012, p. 207).

Ao atingir o estágio total de institucionalização, que finda no processo de sedimentação, a empresa passa a ter legitimidade por ora, englobando em sua estrutura possíveis mudanças tecnológicas, nova normatização e diferentes forças de mercado, além de absorver pressões de grupos ambientalistas. Esta abrangência que a TNI possui em relação a outras teorias organizacionais auxilia para observar o fenômeno por outras correntes do desenvolvimento sustentável que vão além da modernização ecológica, entrando em um campo que abarca a aceção cultural e simbólica por detrás da sustentabilidade.

Essas contribuições da TNI para a compreensão do ambientalismo empresarial e outras questões do desenvolvimento sustentável mostram que esta teoria oferece um grande ganho analítico quando comparado com outras teorias organizacionais. Porém, possui lacunas que limitam a conexão do conhecimento organizacional com o conhecimento social mais amplo, ou seja, suas lacunas não possibilitam que sua capacidade analítica trespassse os níveis analíticos macrossocietário, organizacional e suborganizacional.

Indo além das teorias organizacionais clássicas no tocante à cultura e aos aspectos simbólicos, conforme destacado anteriormente (SELZNICK, 1996), a TNI também tenta superar o conflito teórico entre nomotético e idiotético, geral e particular,

generalização e historicismo, se aproximando mais do poder analítico possuidor pela Teoria da Estruturação de Giddens (TOLBERT e ZUCKER, 2012, p. 200). Porém, a TNI ainda peca em sua tentativa de conectar níveis analíticos principalmente no que tange ao nível macrosocietário. Segundo Rezende (1980, p. 1), “os modos vigentes de pensar que informam o estudo da administração são precários, precisamente porque falham em reconhecer a necessidade de construções conceituais articuladas dentro de diferentes planos de abstração”.

A TNI não foge desta afirmação, e ao não conseguir dialogar com o nível macrosocietário não consegue compreender a conexão do ambientalismo empresarial com outras vertentes que vão além da vigência do status quo ou da reforma incremental. Neste sentido, ao passo que o ambientalismo empresarial se encontra dentro de uma vertente mais ampla de preocupação (EGRI e PINFIELD, 2012), surge a necessidade de incluir na agenda da TNI a articulação dos níveis de análise.

Outras vertentes do pensamento sobre sustentabilidade trazem a dimensão do poder para o debate, seja o poder visto em sua totalidade ou como existente nos encontros entre sujeitos (poder relacional). Porém, a TNI também peca por não trazer a dimensão do poder para entender os fenômenos (PECI, 2006), o que dá margem para a afirmação de a TNI ser uma teoria minimamente ingênua que desconsidera a existência de relações de poder no processo de legitimação do ambientalismo empresarial. Aqui, cabe resgatar a ideia de Shwom (2009), em que a autora apresenta uma abordagem que estuda a formação de redes de cooperação entre primeiro, segundo e terceiro setor, criticando essa ordenação através do conceito de cooptação, em que novos “membros” são admitidos na rede apenas para fim de absorção de possíveis ameaças a um sistema. Sendo assim, a crítica é que estes setores devem ser opostos e estar em constante conflito para o desenvolvimento do campo e da sociedade. Nesse sentido, a TNI desconsidera qualquer relação de cooptação que possa vir a existir durante o processo de legitimação de uma prática considerada como sustentável. E ao desconsiderar, acaba por não compreender o fenômeno às claras. Por outro lado, a inclusão do elemento ‘cooptação’ pode ser resgatado na obra de Selznick (1984). Neste livro, Selznick considera o processo de cooptação como elemento fundador da relação de poder no ambiente institucional, existente entre as partes interessadas. Com a inclusão deste elemento em sua abordagem, a agenda da TNI se torna capaz de tratar da questão

apontada por Shwom (2009), seguindo, portanto, um caminho crítico que não é apresentado pela vertente do ambientalismo empresarial da atual agenda da TNI.

Outra crítica possível à TNI é que ao analisar um fenômeno subdimensionando o poder e a política, acaba por tender a uma análise que privilegia o status quo diminuindo sua capacidade analítica incapaz de compreender a trajetória histórica do fenômeno. No caso da sustentabilidade, acaba não conseguindo observá-la como uma construção social temporal. Esta inobservância pode ser reforçada ainda pelo impasse existente na agenda da TNI, em que esta teoria se propõe a uma aproximação do construtivismo social, porém isso não é de fato observado nas pesquisas correntes, tratando o contexto como dado. Ao adicionar este elemento em sua agenda de pesquisa, a TNI traria posições históricas da empresa e entenderia episódios que possibilitaram a legitimação de determinados aspectos ambientais (CAPELARI, 2012).

Considerações Finais

Este ensaio teve como propósito resgatar alguns elementos da Teoria Neo-Institucional a fim de discutir suas possíveis contribuições e limitações para compreender o fenômeno da sustentabilidade, fenômeno este tão presente na academia e no cotidiano das empresas. O ambientalismo empresarial se tornou muito presente nos debates dos estudos organizacionais, sendo pensado por diversas teorias que também tem a contribuir para a análise do fenômeno. Porém, as teorias organizacionais não fogem à crítica, sendo esta o caminho de aprimoramento. Por isso, aqui foram apresentados alguns pontos que fazem da Teoria Neo-Institucional uma teoria que vai além das tradicionais em alguns aspectos, como sua condição analítica que busca não somente aspectos de eficiência para explicar o movimento de sustentabilidade tão evidente nas empresas, mas também se apoia na propriedade simbólica e cultural presente no campo institucional e nas estruturas das organizações.

Por outro lado, este ensaio buscou mostrar brevemente algumas lacunas que a Teoria Neo-Institucional pode vir a deixar durante o processo de análise da sustentabilidade. No que tange a este ponto, foi discutido a necessidade de a TNI em abranger a dimensão do poder em sua estrutura analítica, evitando descartá-lo, pois assim fazendo acaba por não observar a essência política do fenômeno da

sustentabilidade.

Foi apresentada a discrepância entre a proposta conceitual da TNI com sua agenda empírica, entre as quais há certo distanciamento no tocante à proposta teórica de se aproximar da fenomenologia e à agenda empírica que se mantém alicerçada no determinismo funcionalista tradicional. Ao manter esta lacuna em sua agenda de pesquisa, a TNI, ou os pesquisadores que dizem adotar a TNI, acaba por não conseguir trabalhar sobre os elementos simbólicos e culturais da sustentabilidade, descartando sua contribuição principal e retornando a um campo exploratório reduzido.

Desta forma, este ensaio contribui para a reflexão sobre a Teoria Neo-Institucional principalmente no tocante às suas incapacidades analíticas e investigativas. Seu caráter de denúncia, quando feito, acaba sendo raso justamente por subdimensionar a dimensão do poder, tratando de cooptação e a busca por legitimidade com foco em ‘fazer negócios’ como nota de rodapé no processo analítico.

Referências

AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.

BARLEY, S.; TOLBERT, P. Institutionalization and Structuration: Studying the links between action and institution. **Organization Studies**, 18(1), 93-117, 1997.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CAPELARI, M. **Relações de poder e regulação ambiental: um estudo da Klabin-PR**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, 2012.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 74-89, 2005.

EGRI, C.; e PINFIELD, L. As Organizações e a Biosfera: Ecologia e Meio Ambiente. In S. CLEGG, C. HARDY, e W. NORD (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais** (pp. 361-397). Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

HOFFMAN, A. Linking Organizational and Field-Level Analyses: The Diffusion of Corporate Environmental Practice. **Organization Environment**, 14(2), 133-156, 2001.

HOPWOOD, B., MELLOR, M., e O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, 13(1), 38-52, 2005.

JÄNICKE, M. Ecological modernisation: new perspectives. **Journal of Cleaner Production**, 16(5), 557-565, 2007.

LASZLO, C; ZHEXEMBAYEVA, N. **Embedded Sustainability**: the next big competitive advantage. Stanford, California: Greenleaf, 2011.

SILVA, M. C.; GONÇALVES, S. Nota Técnica: A Teoria Institucional. In S. CLEGG, C. HARDY, e W. NORD (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. (pp. 218-225). Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCH, J.; e OLSEN, J. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia Política**, 6(31), 121-142, 2008.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, 83(2), 340-363, 1977.

MIZOCKSKY, M. C. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In M. M. F. VIEIRA; C. A. CARVALHO. (Orgs.). **Organizações, instituições e poder no Brasil** (pp. 141-175). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE**, 4(1), 1-12, 2006.

RAO, H. The social construction of reputation: Certification contests, legitimation, and the survival of organizations in the American automobile industry: 1895-1912. **Strategic Management Journal**, 15(Supplement 1), 29-44, 1994.

REZENDE, U. **Os diferentes níveis de abstração do pensamento administrativo**. Florianópolis: UFSC, 1980.

SELZNICK, P. Institutionalism "Old" and "New". **Administrative Science Quarterly**, 41(2), p. 270-277, 1996.

_____. **TVA and the Grassroots**. Berkeley: UC Berkeley Press, 1984.

SHIOTA, R. R. **Florestan Fernandes e a fundamentação empírica da sociologia no Brasil**. Anais do Simpósio de Pós-Graduando em Sociologia, São Paulo, SP, Brasil, 2010.

SHWOM, R. Strengthening sociological perspectives on organizations and the environment. **Organization e Environment**, 22(3), 271-292, 2009.

SOUZA, R. S. **Fatores de formação e desenvolvimento das estratégias ambientais nas empresas**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

TOLBERT, P.; ZUCKER, L. A Institucionalização da Teoria Institucional. In S. CLEGG, C. HARDY; W. NORD (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais** (pp. 194-217). Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

ZUCKER, L. The role of institutionalization in cultural persistence. **American Sociological Review**, 42(4), 726-743, 1977.

_____. Institutional theories of organization. **Annual Review of Sociology**, 13(aug), 443-467, 1987.